

Notas sobre o movimento da classe proletária no Brasil no início do século XX

Data	Dezembro de 2018
Autor	Robin Goodfellow
Versão	V 1.0

Sumário

SUMÁRIO.....	2
APRESENTAÇÃO	3
1. REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO	4
2. A EMERGÊNCIA DO PROLETARIADO MODERNO NO BRASIL	7
3. A NECESSIDADE DA CONSTITUIÇÃO DO PROLETARIADO COMO CLASSE E, PORTANTO, COMO PARTIDO COMUNISTA.....	10
4. A TRAJETÓRIA DO PCB NA INVOLUÇÃO DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO MUNDIAL	17
5. CONCLUSÃO.....	23

Apresentação

A história do movimento do proletariado e de suas expressões políticas em um país não pode ser feita isoladamente dos ciclos de revolução e de contrarrevolução do proletariado mundial. Se, de um lado, não se pode ignorar a evolução histórica das sociedades nacionais da qual emergem as expressões políticas do proletariado no nível nacional para combater sua própria burguesia; de outro lado, se considerarmos os séculos XX e o atual, não podemos ignorar as consequências da contrarrevolução ocorrida ao longo dos anos 1920 e que ainda esmaga o proletariado mundial, com sua consequente desapareção política como classe revolucionária independente que tem a consciência de seus objetivos históricos.

As notas que seguem recordam sinteticamente alguns aspectos da emergência do proletariado como classe e de suas expressões políticas ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil até meados dos anos 1920. Tanto essa emergência como esse desenvolvimento dispõem de abundante literatura, parte dela bem apoiada documentalmente e da qual retiramos somente alguns elementos fatuais¹. Há igualmente um grande acervo disponível de publicações proletárias da época. Não nos deteremos aqui sobre esse vasto material e suas diversas interpretações políticas que há muito tempo estão no centro dos debates da esquerda brasileira. Restringimos as notas a algumas evidências de que em pouco tempo o proletariado no Brasil colheu experiências que foram acumuladas durante gerações pelo movimento proletário em outros países, lançando-o rapidamente no ciclo revolucionário mundial aberto após a I Guerra Mundial, mas que acabou sendo engolido pela contrarrevolução mundial.

Robin Goodfellow – 2018

¹ Não referenciamos aqui todas as fontes consultadas para não sobrecarregar o texto, salvo algumas referências a determinados eventos de destaque.

1. Revolução e contrarrevolução

“Doutrina da revolução, o marxismo também é, desde seu primeiro escrito, uma teoria das contrarrevoluções”, lembrava-nos sempre a corrente da Esquerda Comunista da Itália agrupada em torno de Amadeo Bordiga². Dentre as várias análises de Marx e Engels da relação dialética entre revolução e contrarrevolução que conforma o processo das lutas das classes, podemos citar como exemplos mais conhecidos: *As lutas de classes na França* (1850), o *18 Brumário de Luís Bonaparte* (1852), a série de artigos escritos entre 1851 e 1852 para o *New York Daily Tribune* sobre a revolução e a contrarrevolução na Alemanha³.

Para ficarmos apenas com a primeira obra, recordemos que na França a perspectiva aberta pelo curso revolucionário foi: eclosão da luta da burguesia contra os restos feudais e a monarquia; a luta do proletariado ao lado da burguesia em fevereiro de 1848; vitória da burguesia com auxílio do proletariado; tentativa de o proletariado abater, logo em seguida, a burguesia vencedora. No entanto, a insurreição proletária foi esmagada, pois a república democrática vitoriosa massacrou milhares de proletários desarmados. Marx tirou uma lição revolucionária da vitória da contrarrevolução de junho de 1848:⁴

“Quando o proletariado fez do seu túmulo o berço da república burguesa, obrigou-a simultaneamente a vir à frente em sua forma pura, ou seja, como o Estado cujo propósito confesso é eternizar o domínio do capital, a escravidão do trabalho. (...)”

Por fim, em virtude da vitória da Santa Aliança, a Europa assumiu uma forma que fazia cada novo levante proletário na França coincidir diretamente com uma guerra mundial. A nova revolução francesa é obrigada a abandonar imediatamente o território nacional e a conquistar o terreno europeu, o único em que será possível realizar a revolução social do século XIX.

Portanto, a derrota de junho foi imprescindível para que fossem criadas as condições nas quais a França pôde tomar a iniciativa da revolução europeia. Só depois de mergulhada no sangue dos insurgentes de junho a tricolor se transformou na bandeira da revolução europeia – na bandeira vermelha!

E nós bradamos: A revolução está morta! Viva a revolução!” (Marx, *As lutas de classes na França*)

A análise do marxismo revolucionário revelou, portanto, a essência dessa vitória da contrarrevolução: ela criava as condições para uma retomada revolucionária que ultrapassaria as fronteiras nacionais francesas, análise que foi confirmada pela Comuna de Paris de 1871 emergida

² Essa corrente verdadeiramente internacionalista, que fundou e dirigiu o partido comunista na Itália no seu início, muito pouco conhecida da esquerda brasileira e latino-americana, soube defender desde o início - e ao longo de boa parte do período contrarrevolucionário que se seguiu à derrota das grandes lutas proletárias dos anos 1920 e que prossegue nos dias de hoje - a unidade e a atualidade do programa proletário e da obra de Marx e Engels, diante da falsificação deste programa realizada pelos estalinistas, trotskistas e esquerdistas de todos os matizes. No entanto, ela própria acabou naufragando sob o peso dessa contrarrevolução e abandonando o ponto de vista classista do programa comunista. Uma síntese da evolução histórica dessa corrente pode ser encontrada em nosso texto *Quem é Robin Goodfellow* (2014), disponível no nosso site www.robingoodfellow.info (site em português).

³ Escritos originalmente por Engels e publicados no formato de livro em 1896 por Eleanor Marx-Aveling (filha de Marx), com o título *Revolução e contrarrevolução na Alemanha*.

⁴ Um texto sintético sobre esse tema foi escrito por Bordiga: *A contrarrevolução ensina* (*La controrivoluzione insegna - Battaglia comunista*, n. 18 del 1951), do qual utilizamos a citação e o argumento sobre seu conteúdo revolucionário no comentário que a segue.

de uma guerra na escala europeia, mesmo que tenha sido seguida por uma derrota gloriosa com armas à mão. Ela também foi confirmada pela revolução de Outubro de 1917 emergida de uma guerra mundial, mesmo que ela tenha sido seguida ao longo dos anos 1920 por um recuo vergonhoso sobre a posição nacional, fora do terreno europeu e, pior ainda, fora do terreno mundial, sobre o qual somente poderá se desenvolver a revolução social do proletariado revolucionário.

Decorre daí que a análise da história do movimento do proletariado e de suas expressões políticas em um país não pode ser feita isoladamente do movimento global das lutas das classes. Em outras palavras, de um lado não se pode ignorar a evolução histórica das sociedades nacionais da qual emergem as expressões políticas do proletariado no nível nacional; de outro lado, não se pode ignorar as consequências da contrarrevolução que desde o transcorrer dos anos 1920 ainda esmaga o proletariado mundial, com a consequente desapareção do proletariado como partido político independente e, portanto, como classe que tem a consciência de seus objetivos históricos.

A derrota do proletariado mundial e a vitória dessa última contrarrevolução abriram a via para o desenvolvimento inaudito do modo de produção capitalista em escala planetária, mesmo que isto ocorra em níveis desiguais de desenvolvimento segundo as regiões. Mas, ao mesmo tempo, essa contrarrevolução fez com que as possibilidades para a passagem a uma sociedade sem classes estejam mais maduras no nível planetário. Continuamos, portanto, a bradar cada vez mais alto: A revolução está morta! Viva a revolução!

O movimento proletário internacional conhece, portanto, ciclos de revolução e de contrarrevolução inscritos na história mais geral da luta das classes, ciclos que contêm momentos pelos quais passam as frações nacionais do proletariado mundial. Do mesmo modo que a classe proletária não pode ficar indiferente à forma política do Estado, o proletariado de uma dada zona geográfica não pode ficar indiferente ao fato de viver no interior de um determinado Estado. O Manifesto do Partido Comunista diz claramente:

“A luta do proletariado contra a burguesia, embora não seja na essência uma luta nacional, reveste-se desta forma num primeiro momento. É natural que o proletariado de cada país deva, antes de tudo, liquidar sua própria burguesia.”

O Brasil e os países da América Hispânica entraram mais tardiamente no ciclo do movimento proletário internacional e tiveram, portanto, a possibilidade de colher em poucos anos experiências acumuladas durante gerações pelo proletariado revolucionário de outros países. Em termos gerais, no Brasil essa possibilidade foi aberta mais claramente a partir de 1905 por mobilizações grevistas importantes e expressões políticas do proletariado surgidas no terreno de luta no qual se desenvolvia o modo de produção capitalista no país, manifestações que materializaram, de forma mais ou menos radical, algumas daquelas experiências.

Antes de prosseguir, recordemos brevemente o conteúdo da noção de *área geo-social* ou *área geo-histórica* ou, simplesmente, *área*, empregada pela esquerda comunista da Itália (Bordiga) nas análises sobre a evolução das lutas das classes no nível mundial. Ela é utilizada para designar zonas do planeta que, histórica, política e socialmente se encontram em um dado período no mesmo estágio de desenvolvimento e, portanto, em uma mesma etapa histórica, tendo diante delas as mesmas tarefas e os mesmos prazos históricos.

Em um primeiro momento, o movimento comunista, cuja classe portadora é o proletariado moderno, dirigiu seu foco para a Inglaterra antes de se estender para a zona do planeta onde o

capitalismo industrial se desenvolvia, isto é, a Europa ocidental e os Estados Unidos. Decorre daí, por exemplo, a noção de *área euro-norte-americana* para designar um-conjunto geográfico onde, historicamente, foi colocada a necessidade e a possibilidade da revolução comunista, isto é, da revolução que realiza a transformação comunista da estrutura econômica e social da sociedade. Em torno desse núcleo irradia-se uma série de zonas mais ou menos vastas, onde o problema da revolução comunista coloca-se diferentemente conforme o desenvolvimento do modo de produção capitalista e da luta das classes nestas regiões. Da série dessas zonas, a primeira a se incendiar e a conhecer a transformação de uma revolução burguesa (fevereiro de 1917) numa revolução proletária (outubro de 1917) – que, no entanto, não conseguiu realizar a transformação socialista da sociedade – foi a Rússia, e no seu rastro toda a zona eslava.

Por um lado, o processo de conformação de uma área é um processo de transformação das condições econômicas, políticas e sociais que permitem o desenvolvimento do proletariado como classe e, portanto, como partido distinto de todos os demais partidos. Por outro lado, a noção de área não implica um compartimento estanque. Ao contrário, se um ou mais países de uma área se põem em movimento revolucionário, isto pode revolucionar toda esta área e abrir a possibilidade de sua propagação em outras áreas, mesmo se elas estiverem num grau diferente do nível das lutas das classes.

Nas áreas que entraram mais tardiamente no movimento proletário internacional, a tática do partido comunista internacional deve ser a de agir no seio das expressões políticas autônomas do proletariado que emergem das lutas das classes no plano nacional para que se constituam como partidos operários⁵ opostos a todos os demais partidos da sociedade. Se em 1848 os comunistas podiam se distinguir em dois pontos com respeito aos outros membros do partido operário⁶, a constituição da Internacional Comunista (IC) mostrou contra a social-democracia reformista e chauvinista, contra a traição dos interesses do proletariado internacional, que doravante um partido operário não pode ser outra coisa senão um partido comunista internacional marxista⁷.

⁵ Seguindo a tradição, mantivemos aqui a noção de “partido operário” assimilando o conceito de “operário” ao de “proletário”, isto é, daqueles que constituem a classe produtiva no modo de produção capitalista (isto é, os únicos que produzem a mais-valia ou que fecundam o capital), a qual não se reduz aos operários da indústria. Assim, por exemplo, “partido operário” é sinônimo de “partido do proletariado”.

⁶ “Os comunistas não formam um partido à parte, oposto aos outros partidos operários.

Não têm interesses diferentes dos interesses do proletariado em geral.

Não proclamam princípios particulares, segundo os quais pretendam moldar o movimento operário.

Os comunistas se distinguem dos outros partidos operários somente em dois pontos: 1) Nas diversas lutas nacionais dos proletários destacam e fazem prevalecer os interesses comuns do proletariado, independentemente da nacionalidade; 2) Nas diferentes fases de desenvolvimentos por que passa a luta entre proletários e burgueses, representam, sempre e em toda parte, os interesses do movimento na sua totalidade.

Na prática, os comunistas constituem a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais; teoricamente têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, do curso e dos fins gerais do movimento proletário.

O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição do proletariado em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado.

As proposições teóricas dos comunistas não se baseiam, de modo algum, em ideias ou princípios inventados ou descobertos por este ou aquele reformador do mundo.

São apenas a expressão geral das condições efetivas de uma luta das classes que existe, de um movimento histórico que se desenvolve diante dos olhos. A abolição das relações de propriedade que até hoje existiram não é uma característica peculiar e exclusiva do comunismo.” (*Manifesto do partido comunista*)

⁷ As características de um partido operário encontram-se descritas em nosso texto: *O partido revolucionário, uma necessidade sempre candente* de abril de 2017 disponível em nosso site em português: www.robingoodfellow.info.

2. A emergência do proletariado moderno no Brasil

A história do movimento proletário no Brasil deve, portanto, ser analisada tanto no ciclo revolução/contrarrevolução do movimento proletário internacional como no processo de transformações econômicas, políticas e sociais da área geo-histórica que engloba o Brasil e os países da América Hispânica. Transformações estas que têm suas particularidades históricas segundo os países da área. Esse trabalho de grande envergadura não será realizado aqui⁸. As notas sobre as expressões políticas do proletariado como classe no Brasil serão limitadas a determinados aspectos que nos parecem mais relevantes, circunscrevendo-os apenas ao movimento proletário nas fronteiras do Brasil e, em particular, ao movimento do qual emergiu o PCB. Uma questão central nesse período são as relações entre essas expressões políticas e a IC ao longo do processo de revolução e contrarrevolução mundial, em que ela aflorou e naufragou.

Como se sabe, no início do século XX, após a crise econômica do final do século anterior - que viu a abolição legal da escravidão em 1888 e a instauração em 1889 de uma república federativa por um golpe de Estado em uma monarquia constitucional -, o modo de produção capitalista ganhou um ímpeto relativo (pontuado por crises econômicas: 1908, 1914, 1918), aumentando sua concentração na capital do país (Rio de Janeiro) e no estado de São Paulo, onde acabou ganhando preponderância nacional. Embora na incipiente indústria ainda predominassem amplamente as pequenas empresas familiares ou com base no trabalho assalariado tipicamente artesanal, em meio a uma economia predominantemente agrária e extrativa, cujo polo dinâmico era a agricultura de exportação principalmente do café - ao lado do algodão, cana-de-açúcar, borracha,... e atividades extrativas minerais - o número de indústrias com maquinaria também conheceu um aumento relativo⁹. A principal força de trabalho industrial era imigrante e constituiu

⁸ Esse trabalho futuro situa-se na continuidade da série *Breve histórico do movimento da classe proletária na área euro-norte-americana*, publicada originalmente em língua francesa em vários números de nossa revista *Communisme ou Civilisation* entre 1984 e 1994 (extinta em 1998, dando lugar ao nascimento de Robin Goodfellow), e parcialmente em 5 números de *Comunismo ou Civilização* em língua portuguesa de 1985 a 1991. Recentemente, iniciamos a republicação - remanejada em alguns pontos, mas sem alterar o texto original (exceto por correções de falhas ortográficas, etc.) - dessa série em nosso site e blog em português: <https://defesadomarxismo.wordpress.com>.

⁹ Apesar da enorme imprecisão e de um grande número de não respondentes, os censos industriais de 1907 e 1919 dão uma ideia da tendência geral da industrialização. Há vários trabalhos produzidos pela economia política, sobretudo, a partir da década de 1970, que fornecem um quadro mais acurado mostrando que algumas estimativas desses censos estavam subestimadas (da ordem de 2 a 3 vezes!).

População ocupada no Brasil (em milhares) na agricultura e na indústria:

1907 - Agricultura: 5.071 (53,4%), Indústria 321 (3,4%)

1919 - Agricultura: 6.377 (69,7%), Indústria 1.264 (13,8%)

Dados da indústria:

1907: 2.988 fábricas; 136.420 empregados; 114.555 cavalos de força; 668,8 (milhões de mil-réis) de valor da produção; 580,7 (milhões de mil-réis) de capital.

1919: 13.336 fábricas; 275.512 empregados; 310.424 cavalos de força; 2.989,2 (milhões de mil-réis) de valor da produção; 1.815,1 (milhões de mil-réis) de capital.

Em 1919, portanto, as fábricas (na maioria delas ainda pequenas manufaturas) tinham uma baixa concentração operária (média de 21 empregados) e baixo valor de capital (média de 0,14 milhões de mil-réis), mas a indústria têxtil (notadamente a de tecidos de algodão) era tipicamente uma grande indústria com significativa maquinaria: 266 empresas tinham uma média de 348 empregados e capital de 2,2 milhões de mil-réis. Notemos aqui que um século depois há ainda intelectuais, a quem não falta certo anacronismo, sustentando que o Brasil nunca conheceu a subordinação real do trabalho ao capital.

Esta indústria estava concentrada na capital federal e nas principais cidades do estado de São Paulo. O censo de 1920 dá também uma ideia da concentração das empresas industriais segundo o número de operários ocupados na capital (Distrito Federal - DF) e no estado de São Paulo (SP):

(continua)

um importante vetor na difusão do anarcossindicalismo e da ideologia anarquista¹⁰. Ora, nas condições materiais e sociais de então tratava-se para o proletariado inicialmente organizar-se como classe na luta econômica com a criação de sindicatos. No quadro histórico desse período, suas necessidades organizativas fizeram com que em pouco tempo a experiência do anarcossindicalismo acabasse predominando, embora de modo não exclusivo, nos anos 1906-1920 no interior do proletariado combativo, abrindo caminho para a formação de lideranças libertárias que formularam as primeiras estratégias para uma revolução social no Brasil¹¹.

No período que vai do início do século XX até a Iª Guerra Mundial ocorrem importantes vagas grevistas contra os baixos salários e as condições de trabalho, especialmente entre 1905-1908 e 1911-1913, períodos de expansão econômica. Decorrente da necessidade de uma organização geral das greves, em 1906 reúne-se no Rio de Janeiro o Primeiro Congresso Operário, com a maioria dos delegados pertencentes a organizações operárias do Rio e de São Paulo. No congresso prevalece amplamente a visão anarcossindicalista e, ao lado de uma extensa pauta que inclui diretivas para a organização de sindicatos, jornada de 8 horas, abolição do trabalho por peça, defesa da liberdade de reunião e de associação (sobretudo sindical), dentre outras, adota-se um sistema federativo de organizações trabalhistas nos moldes da CGT francesa de então (antes da I Guerra Mundial), abortando a proposição de uma pequena minoria socialista¹² em fundar um partido socialista com base operária. O congresso resolve propor a organização de uma Confederação Operária Brasileira (COB). A partir de então, o anarcossindicalismo e a ideologia libertária passaram a predominar no movimento proletário brasileiro, diante de um contingente não insignificante de associações proletárias reformistas que praticavam a colaboração de classes e a dependência do Estado¹³. Em março de 1908 a COB foi finalmente implantada, em pleno

Até 9 operários - SP = 79,0%; DF = 53,4% do total de indústrias; e SP = 13,1% e DF = 6,3% do total de operários ocupados.

De 200 a mais de 1000 operários - SP = 0,8%; DF = 0,9% do total de indústrias; e SP = 36,4% e DF = 35,7% do total de operários ocupados.

A indústria têxtil empregava a maioria dos operários ocupados: 40,1%. Grande parte dos operários dessa indústria era composta por mulheres e crianças. Cf. Warren Dean, *A industrialização durante a república velha. In História Geral da Civilização Brasileira, T. III, vol. 8*, 1975; e Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social*, 1977.

¹⁰ De 1890 até meados de 1920, os imigrantes estrangeiros e seus filhos, nascidos no Brasil, formavam uma parte bem importante da população operária de São Paulo e, em grau menor, do Rio de Janeiro. O censo de 1920 indicou que 51% dos operários ocupados nos ramos industriais em São Paulo eram imigrantes (com predomínio dos italianos, seguidos dos espanhóis e portugueses), e 35% no Rio de Janeiro (com amplo predomínio dos portugueses).

¹¹ Há boas fontes documentais mostrando que no caldo da experiência anarcossindicalista e anarquista de imigrantes que aportaram no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, formou-se um importante contingente de “libertários brasileiros” letrados, provenientes de profissões da pequena burguesia (jornalista, professor, farmacêutico, barbeiro, tipógrafo ...), que tinham acesso a obras europeias do campo libertário e mesmo marxista.

¹² Minoridade julgada como reformista pelas lideranças anarquistas. A influência dos socialistas no movimento proletário foi muito pequena e ínfima na época das vagas grevistas. O I Congresso Socialista Brasileiro foi realizado em 1892 (Rio de Janeiro e São Paulo). No início do século, suas atividades estavam praticamente concentradas em São Paulo, em centros socialistas diminutos agrupando especialmente a pequena burguesia intelectual brasileira e imigrante. A partir de 1900, a Liga Democrática Italiana passa a publicar o jornal *Avanti!* O II Congresso aconteceu em 1902.

“A categoria dos gráficos foi aliás a única em que os socialistas tiveram alguma influência duradoura em São Paulo: a União dos Trabalhadores Gráficos fundada em março de 1904, assumiu em muitos momentos uma atitude *trade-unionista* e de seu seio partiram propostas de se formar partidos operários com inclinações reformistas.” (Boris Fausto, *op. cit.*, p. 102)

¹³ A maior concentração desses núcleos colaboracionistas estava na capital federal, onde havia o maior contingente de serviços públicos controlados pelo Estado – ferroviário, navegação, militar, burocracia estatal – e com fraca ligação com a burguesia cafeeira. Esses núcleos encabeçaram vários movimentos reivindicatórios de trabalhadores desses serviços obtendo algumas vantagens do Estado, ao contrário dos movimentos operários fabris. Em São Paulo, em contrapartida, as primeiras manifestações proletárias tinham conteúdo classista, nas quais predominava a ideologia libertária e, em grau diminuto, o socialismo reformista.

declínio do movimento grevista e após as deportações dos principais líderes grevistas estrangeiros (então a maioria), tendo vida ativa até dezembro de 1909. Na nova vaga de greves no final de 1912 e durante 1913, na esteira da retomada da expansão econômica e de um grande aumento do custo de vida que a acompanhou, inicia-se o processo de reconstituição da COB que organiza o Segundo Congresso Operário em setembro de 1913 no Rio de Janeiro com maior amplitude nacional do que o primeiro, reforçando as posições do primeiro congresso e consolidando o predomínio do anarcossindicalismo e da ideologia anarquista nas lideranças do proletariado combativo.

Deflagradas por uma enorme perda do salário real e o prolongamento sistemático da jornada de trabalho numa forte retomada da atividade econômica, irrompem greves em maio de 1917 nas fábricas têxteis no Rio de Janeiro. Em junho-julho estouram as grandes greves na cidade de São Paulo que desembocam numa greve geral de vários dias, provocando violentos confrontos com as forças policiais. A vaga de greves propaga-se por várias regiões do país, particularmente em Porto Alegre que também conhece uma greve geral.¹⁴ O movimento em São Paulo culmina na reivindicação de uma pauta social proletária além da salarial: abolição do trabalho infantil, limitação do trabalho noturno, jornada de trabalho de 8 horas, dentre outros. Em seguida, a vaga retorna com o operariado no Rio de Janeiro (têxteis, metalúrgicos, etc.), arrastando uma massa de comerciários, funcionários públicos..., também com violentos confrontos (inclusive armados) com as forças policiais. Apresentou-se uma pauta similar à de São Paulo. Nessas greves destacaram-se lideranças libertárias brasileiras germinadas no terreno da COB e em outros núcleos proletários. Os movimentos, duramente reprimidos, acabaram tendo pouco sucesso quanto às reivindicações sociais e econômicas, mas, em contrapartida, fez aumentar de forma significativa o número de operários sindicalizados e de ligas operárias.

“O campo de possibilidades de uma ação de tipo “trabalhista” era nesta área [serviços públicos controlados pelo Estado – *nota de RG*] relativamente maior do que no setor industrial. Isto se devia não apenas à existência de representantes contestadores das camadas intermediárias, em busca de uma base de apoio nos trabalhadores de ramos estratégicos, mas também à própria relação que aí se estabelecia entre trabalhadores e Estado. As reivindicações operárias incidiam no caso em um terreno onde predominava o “interesse público”. Por limitada que fosse a margem de manobra, havia maior viabilidade em se obter do Estado aumentos salariais e vantagens correlatas, pois este podia até certo ponto operar em condições onerosas.” (Fausto, Boris. *op. cit.*, p. 52)

“O que é fato é que o anarquismo, sobretudo em sua forma anarcossindicalista, predominou no movimento operário brasileiro durante os anos que vão de 1906 a 1920. Isto não quer dizer que todo o movimento operário e sindical estivesse debaixo da influência absoluta do anarquismo. Havia muitas associações operárias de tipo reformista, beneficente e mesmo de resistência, como se chamavam algumas delas, que nunca ou raramente aceitaram a orientação anarquista.” (Pereira, Astrojildo. *Formação do PCB - 1922/1928*, 1976; p. 35)

¹⁴ O movimento grevista arrasta as principais cidades do estado de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Pernambuco (Recife) e de outros estados. No Rio Grande do Sul a força de trabalho industrial era composta por uma maioria de imigrantes italianos e espanhóis, também influenciada pela ideologia anarcossindicalista. A COB e sindicatos operários criam em São Paulo o Comitê de Defesa Proletária para coordenar as reivindicações.

3. A necessidade da constituição do proletariado como classe e, portanto, como partido comunista

Às vésperas da maré montante do *ciclo revolucionário mundial* marcado pela revolução proletária na Rússia, em outubro de 1917, após o quarto torpedeamento de um navio brasileiro, o governo brasileiro declarou uma situação de guerra contra a Tríplice Aliança, embora sem enviar forças armadas para os campos de batalha e limitando-se a fornecer apoio físico de assistência médica. O governo, aproveitando-se da situação, lança uma grande ofensiva contra o proletariado em nome da “pátria estremecida”: decreta o estado de sítio, fecha organizações e publicações proletárias, deporta líderes grevistas imigrantes, contando com o apoio de uma intensa campanha patriótica divulgada pela imprensa conservadora e liberal, assim como pela Igreja. Esse amplo contra-ataque esvazia o movimento grevista. Entretanto, do lado do proletariado, aumentam as mobilizações contra a guerra e, no início de novembro chegam notícias da revolução russa, entusiasticamente saudada pelas lideranças libertárias e histericamente deturpada pela imprensa burguesa. Neste ponto, é bom recordar que logo após a greve geral em São Paulo, portanto, antes mesmo da revolução russa, o jornal *A Plebe* – principal jornal operário de São Paulo e de orientação libertária – dedicou vários números para acompanhar o curso revolucionário na Rússia e explicar a natureza dos soviets e a luta dos bolcheviques, destacando o papel de Lenin¹⁵. No impulso das grandes mobilizações grevistas, colocava-se, então, para o proletariado radicalizado a perspectiva de uma revolução social e os acontecimentos revolucionários na Rússia indicavam a sua possibilidade no Brasil¹⁶.

Após o fim da guerra mundial (novembro de 1918) e o levantamento do estado de sítio, na retomada do ciclo econômico reassume-se a pauta reivindicatória anterior que deflagra uma greve geral na capital federal e em várias cidades do estado do Rio de Janeiro (têxteis, metalúrgicos, construção civil...), com enfileiramentos armados e conclamações aos soldados do exército para se unirem aos operários. A Aliança Anarquista do Rio de Janeiro (fundada em janeiro de 1918) prepara um movimento revolucionário coincidente com a greve geral, estimando que esta última seria o sinal para uma insurreição e a formação de um soviete na capital. As forças armadas (exército e marinha) intervêm de maneira ostensiva, ocupando todos os centros grevistas e assumindo o controle da situação. Garantindo “poderes excepcionais” à polícia, derrotam a

¹⁵ A imprensa operária desse período mostra algum conhecimento, mesmo que fragmentário, do curso revolucionário na Rússia, obtido pela imprensa europeia democrática ou de esquerda. Por exemplo, no artigo *Ao redor da epopeia russa – a revolução em marcha deve ser defendida contra qualquer inimigo interior ou exterior*, *A Plebe* cita um artigo do *Pravda* (recorrendo ao número do *Le Temps* de 1/06/1917) que expõe a ação do imperialismo que “procura sufocar a revolução” e a tese da paz “baseada na livre escolha dos povos e da faculdade de disporem de si próprios”. Analisando a questão, *A Plebe* escreve:

“Das várias notícias contraditórias parece deduzir-se haver uma forte corrente de opinião favorável a uma atitude militar puramente defensiva, simultânea com um apelo aos povos para que exerçam sobre os governos uma enérgica ação pela paz geral, devendo a revolução ao mesmo tempo desenvolver-se e completar-se, segundo um programa que para Lenine, no dizer do correspondente de *Le Temps*, consiste: 1º na confiscação imediata e *partilha* (talvez seja *socialização*) das terras, incluindo a dos camponeses ricos; 2º no fim da guerra pela fraternização geral dos exércitos beligerantes; 3º na entrega do poder legal aos conselhos de operários, soldados e camponeses (a revolta de Cronstadt teve este escopo); 4º na publicação das convenções secretas dos governos aliados, nomeadamente para a partilha da China.” (*A Plebe*, Ano 1 nº 10, 18/08/1917)

¹⁶ Sob a ameaça de uma possível revolução social, ensaiam-se movimentos no Estado para medidas de legislação trabalhista propostas por alguns socialistas burgueses. Por exemplo, a proposta de criação de um Departamento Nacional do Trabalho em 1915, para estudar as condições de trabalho e a implementação de uma legislação trabalhista. Sob a pressão das greves de 1917, a lei foi sancionada em 1918, mas jamais foi posta em prática. Outro exemplo desta época é a Lei de Acidentes de Trabalho de 1919.

iniciativa grevista, prendendo centenas de operários e as principais lideranças. O episódio, que ficou conhecido como a “insurreição no Rio de Janeiro”, alarmou o governo e as classes dominantes¹⁷. Essa greve impulsionou uma nova onda de greves por melhorias salariais e de condições de trabalho que se prolongou até 1920.

Mesmo com discordâncias, a maioria dos anarquistas aceitava a designação de bolchevista ou maximalista, pois isto significava ser inimigo da sociedade burguesa, e acreditava que a ditadura do proletariado na Rússia era uma medida transitória¹⁸. A revolução russa era vista como uma revolução para implantar uma nova organização social fundamentada nos soviets. Nessa retomada da radicalização das lutas econômicas, as lideranças libertárias, que já haviam conquistado a legitimidade diante do proletariado na primeira vaga grevista, ao analisar segundas derrotas julgaram que era preciso encontrar uma forma de organização mais efetiva para a luta do proletariado no âmbito nacional, em particular após a derrota de novembro de 1918 na capital federal. E a forma já apontada para o proletariado mundial emergiu na revolução proletária na Rússia com o partido bolchevique, mesmo sendo a forma-partido uma franca violação aos “princípios anarquistas”.

Com o incentivo adicional das notícias da fundação da IC (2 de março de 1919), em 9 de março os membros da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro (que reunia a vanguarda dos movimentos grevistas na capital federal desde a vaga anterior à guerra) fundam o Partido Comunista do Brasil, com uma perspectiva nacional¹⁹. O partido lançou as Bases de Acordo sobre formas de filiação, funcionamento dos núcleos regionais, o Programa do Partido, com os pontos fundamentais para a transformação social “amplamente baseados nas ideias comunistas” e “fiel aos princípios da

¹⁷ “De quando em quando agentes do Corpo de Segurança apreendiam maços e maços de boletins redigidos em termos violentíssimos, concitando os soldados à anarquia e à revolução. E nesses boletins lia-se entre muitas outras coisas: (...) “Soldados e marinheiros: o patriotismo e a disciplina são os meios de que se servem os vossos opressores para vos enganarem. Só deveis ter um patriotismo e uma disciplina: a de libertar a classe dos pobres e dos humilhados a que pertenceis. Só há um meio para isto: unir-vos aos vossos irmãos operários e formar com eles comitês de soldados e operários que tomarão conta de todos os serviços públicos.””

“E a cidade do Rio tremeu (...) como afirmou o *Correio da Manhã*, diante dos “boatos alarmantes espalhados em boletins sediciosos”, os quais diziam que “em breve seria implantado no Rio o regime dos soviets.”” (Moniz Bandeira, L. A. *O Ano Vermelho*, 4ª Edição, 2017; do *Correio da Manhã* de 19/11/1918, p. 261 e 265)

¹⁸ “Com esse elemento perigoso em casa, a revolução poderá se manter sem ditaduras? Por muitos anos, enquanto a formidável tarefa de reeducação do caráter humano não estiver terminada, a ditadura proletária, isto é, a força bruta, a força detestada, odiosa, mas necessária, imprescindível, não deverá ser dispensada. (...) Anarquistas, bons anarquistas, nada de hesitação ou frieza. Ou somos pelo Soviet ou somos pela burguesia.” (*A Plebe* outubro de 1919 – *Ditadura Proletária*, cf. Moniz Bandeira, *op. cit.* p. 405)

¹⁹ “Camarada! Diante do entusiasmo que reina nas classes trabalhadoras e no povo em geral pelos movimentos que se desenrolam no mundo tendentes a uma transformação social e amplamente baseados nas ideias comunistas, os libertários do Rio de Janeiro, reunidos no dia 9 do corrente [a circular é de março de 1919 – *nota de RG*], acordaram formar o Partido Comunista do Brasil, a fim de desenvolver ativa propaganda entre todos os camaradas no sentido de formar núcleos em todas as comunidades do país.

Para este fim, contando que seja secundado pela sua ação nessa localidade, te enviamos anexas as bases, o resumo do programa e os meios de ação.

Quanto ao programa detalhado que forma a Constituição da futura organização social, ser-te-á enviado em tempo oportuno, para seu competente estudo.

Avante, pois, na formação do número de núcleos possíveis, consoante as bases! – *O Secretariado*.” (*A Plebe* 2, nº 8, 12 abril de 1919 – *Está constituído o Partido Comunista do Brasil, primeira circular do partido (23 de março de 1919)*, p.3)

Seguem o texto da circular: as Bases de Acordo do Partido e o Programa do Partido.

“Em março de 1919, fundou-se nesta capital o Partido Comunista do Brasil, que admite em seu seio, anarquistas, socialistas e todos os que aceitarem o comunismo social. (...) Ora, como o Partido era do Brasil, convinha então reunir os elementos avançados de todo o país, para numa Conferência ou Congresso, estabelecer de u modo claro e decisivo a nossa organização, bases de acordo e programa.” (*A Plebe* 3, nº 19, 28 junho de 1919, p.1).

Internacional”, e a “propaganda do socialismo integral ou comunismo”²⁰. Um ponto que chama a atenção e que foi objeto de debate entre algumas lideranças libertárias é o objetivo da “conquista dos poderes políticos”, como “único meio pelo qual poderá realizar o seu programa”, constante do programa do partido e em aberto confronto com a ideologia libertária.

Em abril, o partido distribuiu circulares aos diversos núcleos libertários espalhados pelo país, que também se intitulavam comunistas, anunciando uma Conferência Comunista a ser realizada na capital. Também em abril, foi redigido em São Paulo um livreto *O que é o maximismo ou bolchevismo: programa comunista*, contendo uma descrição de uma futura república dos soviets no Brasil²¹. O partido organizou o grande comício de 1º de maio no Rio, em que a multidão jubilava-se com as repúblicas soviéticas da Hungria e da Baviera. Em 16 de junho é fundado o núcleo do Partido Comunista do Brasil em São Paulo (às vezes referenciado como Partido Comunista de São Paulo). De 21 a 23 de junho ocorre a Primeira Conferência Comunista do Brasil, na qual foram distribuídos exemplares do *Maximismo ou bolchevismo*²². Ao longo do ano, os principais órgãos da imprensa operária dedicaram amplos artigos sobre a revolução russa, a natureza dos soviets e o I Congresso da IC²³. Incentivados pelo partido, ocorreu ao longo do ano uma multiplicação de núcleos comunistas pelo país.

Parte da esquerda brasileira que conhece a história do movimento proletário brasileiro, seja a que se considera no campo marxista ou no campo libertário (estes em menor proporção), tentam denegrir de modo direto ou mais sutil o Partido Comunista do Brasil de 1919, ou mesmo evitam falar dele. Mas esse comportamento não é uma novidade, pois repetem, segundo suas orientações ideológicas, as críticas feitas algum tempo depois de sua extinção pelos próprios protagonistas desse episódio na história da classe proletária no Brasil. Os protagonistas do campo marxista

²⁰ O programa apresentava com algum detalhe sete pontos que tratavam da abolição da propriedade privada; da socialização de todas as indústrias, agricultura, meios de transporte e de comunicação; da diminuição da jornada de trabalho; do trabalho obrigatório para os indivíduos válidos de 18 a 50 anos; a distribuição da produção segundo as necessidades dos indivíduos; a abolição da divisão entre cidade e campo; a instrução para todos; e a garantia da liberdade de pensamento e de reunião. Ele finalizava assim:

“A ação do Partido consiste na propaganda sistemática por todo o país, do socialismo integral ou comunismo, e na arregimentação e educação do proletariado em geral para a conquista dos poderes públicos- único meio pelo qual poderá realizar o seu programa.

A propaganda será feita por meio de folhetos, manifestos, comícios, conferências, representações teatrais, etc. e por meio de um semanário que será o órgão oficial do Partido (Este periódico tornar-se-á diário quando as circunstâncias o permitam).

Fiel aos princípios da Internacional, o Partido Comunista do Brasil manterá relações com todos os seus afins do exterior, com os quais será solidário.” (*A Plebe* 2, nº 8, 12 abril de 1919, *op. cit.*, p.3)

²¹ O livreto, escrito por Edgard Leuenroth e Hélio Negro (Antônio Candeias Duarte), contém dois capítulos: *O que é o maximismo ou bolchevismo* (o mais longo) e *Esboço de programa comunista*. No primeiro descreve de modo detalhado: a constituição da RSFSR, uma futura federação de comunas no Brasil, o “socialismo ou comunismo libertário” e um modelo social de sociedade comunista, baseada na “igualdade econômica dos indivíduos na sociedade”. No segundo, apresenta as medidas para a implantação dessa sociedade. O livreto foi republicado recentemente (2017).

²² A Conferência reuniu centenas de participantes e 22 delegados (sendo 3 mulheres) que representavam núcleos comunistas do país: da capital federal e dos estados de Alagoas, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo. No dia 2 de agosto é fundado o jornal *Spártacus*, como órgão do partido. Cf. Dulles, J.W.F. *Anarquistas e comunistas no Brasil*, 2ª Edição, 1977; p. 77-80.

“Convém acrescentar, entretanto, que antes e depois da conferência o Partido [de 1919 – nota de RG] promoveu alguns atos públicos, realizados em sedes sindicais, sempre com o comparecimento de grande número de operários. Foi assim a 18 de março, dia da Comuna de Paris; a 13 de maio, dia da Abolição; a 14 de julho, dia da tomada da Bastilha, etc.” (Pereira, Astrojildo. *Op. cit.*, p. 62)

²³ Por exemplo, o jornal *Spártacus* ano 1, nº 15, 08/11/1919, publica os seguintes artigos: *A revolução russa* (p.1); a íntegra do relatório de Lenin apresentado no I Congresso da IC: *A democracia burguesa e a democracia proletária* (p. 1-2); *O que é a República dos Sovietes?* (p. 2); e a íntegra do manifesto dos comunistas russos aos comunistas do mundo inteiro convocando-os para o I Congresso da IC: *O Primeiro Congresso da Internacional Comunista* (p. 4).

criticaram o partido por ter sido uma organização tipicamente anarquista, que de comunista não tinha nada, sendo apenas um produto das ilusões da ideologia anarquista e um reflexo instintivo do impacto da revolução proletária na Rússia, tendo sido em resumo um “erro”. Os do campo libertário diziam que havia uma contradição explícita entre a existência de uma forma-partido e as concepções dos “princípios anarquistas”, o que causa perplexidade em comentadores libertários atuais.

Ora, o que eles parecem não compreender é que, na extensão e radicalização da luta das classes na época pelo território nacional, esse episódio expressou a *necessidade* da emergência do proletariado como classe e, portanto, como partido distinto e oposto a todos os partidos da sociedade brasileira da época para enfrentar, inicialmente, sua própria burguesia no plano nacional. Daí o nome de Partido Comunista DO Brasil. Mais ainda, que essa emergência ocorre em plena vaga revolucionária mundial com o partido internacional comunista do proletariado – a IC – formalizado, ao qual o partido operário de 1919 declara no seu programa ser “fiel aos seus princípios” e “manterá relações com todos os seus afins do exterior, com os quais será solidário”, expressando o caráter internacional da classe proletária. Entretanto, esse partido operário não podia expressar politicamente outra coisa senão o conteúdo de um programa que não ultrapassava os limites estreitos da ideologia de uma “sociedade igualitária”, conforme os “princípios libertários” dominantes no proletariado combativo²⁴, mas que, a despeito destes princípios, os libertários que o fundaram foram *obrigados* a formalizá-lo para expressar a emergência do proletariado como classe na radicalização da luta das classes no Brasil em pleno ciclo revolucionário mundial.

No aguçamento dos movimentos grevistas em 1919, os confrontos violentos com as forças do Estado desbordaram as fronteiras da capital federal (São Paulo, Recife, Salvador, Porto Alegre), ampliando pelo país a rede de núcleos comunistas ligadas ao Partido Comunista do Brasil. Em outubro de 1919 preparou-se em São Paulo outra tentativa insurrecional no bojo de uma greve geral, articulada pela rede paulista de núcleos que redigiu boletins para serem distribuídos às forças militares, conclamando-as a aderirem ao movimento. No entanto, uma precipitação no início da greve²⁵, que efetivamente se espalhou por várias cidades do interior, desarticulou totalmente a insurreição planejada. Sem defesa organizada, o movimento foi violentamente reprimido pelas forças públicas e da marinha. As lideranças do movimento foram presas e deportadas para o exterior ou para outros estados.

Do final de 1919 ao início de 1921, a repressão às lideranças anarcossindicalistas e aos teóricos anarquistas aumentou por todo o país, com o desmantelamento de órgãos da imprensa proletária

²⁴ “Talvez apenas os militantes anarquistas da velha guarda saibam que ao Partido Comunista marxista, hoje existente [o PCB – *nota de RG*], antecedeu, há 43 anos, o Partido Comunista-Anarquista, fundado em 9 de março de 1919, no Rio de Janeiro, e em São Paulo no dia 16 de junho do mesmo ano. A fim de que uma assembleia de todo o movimento anarquista do Brasil aprovasse as bases programáticas desse partido, convocou-se um Congresso libertário para os dias 21, 22 e 23 de julho de 1919 (...).

Além dos elementos das organizações cariocas, estiveram presentes no Congresso representantes dos Estados de Alagoas, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. (...)

Esse Congresso libertário despertou grande interesse, atraindo uma assistência numerosa, que lotou o vasto salão do Centro Cosmopolita. Além do exame do programa anarquista do Partido, o Congresso deliberou também o desenvolvimento da organização libertária e da obra a realizar.” (Leuenroth, Edgard. Congresso do Partido Comunista-Anarquista no Rio de Janeiro em 1919. Texto de 1962, *In: O que é o maximismo ou bolchevismo – Programa comunista*, 2017; p.89-90)

²⁵ A história do fracasso dessa tentativa insurrecional é relativamente longa. Para encurtar, houve uma explosão acidental, ou causada por um agente provocador, numa residência operária que servia de depósito de parte do arsenal militar para a insurreição. Aparentemente, essa explosão teria sido interpretada como o sinal para o desencadeamento da greve geral e da insurreição planejada.

e dos núcleos comunistas. A consequência foi um forte descenso do movimento proletário e a inibição de ações com caráter insurrecional. Este enfraquecimento permitiu, de outro lado, o aumento da cooptação de frações sindicalistas para a base de sustentação social do Estado, especialmente na capital federal, com um aumento das lideranças “amarelas” nas associações e sindicatos em que já havia uma forte tendência de colaboração de classes: transportes públicos, burocracia estatal... (um exemplo significativo foi a derrocada da greve geral dos ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina no Rio). Já no descenso dos movimentos grevistas, ocorre em abril de 1920 o Terceiro Congresso Operário Brasileiro, que manteve a linha federalista dos anteriores, mas acabou naufragando. Do mesmo modo, o Partido Comunista do Brasil e sua rede de núcleos comunistas acabaram definhando e se extinguindo, embora não tenha havido um comunicado da extinção do partido. Por volta de novembro de 1920 aguçou-se a campanha antibolchevista, já latente nos círculos do campo anarquista, contra os rumos da revolução russa (banimento da Confederação Anarquista Ucraniana, combates ao exército anarquista de Makhno...), provocando a rejeição da ditadura do proletariado²⁶. Com o aprofundamento do declínio dos movimentos reivindicativos proletários e de sua imprensa, o COB também acabou naufragando.

Durante 1921 algumas lideranças influentes do anarcossindicalismo e anarquismo começam a passar para o campo comunista (bolcheviques), visando a retomada da forma-partido com um programa comunista. Simbolicamente, em 7 de novembro de 1921 fundou-se no Rio de Janeiro o primeiro Grupo Comunista bolchevique, defendendo a ditadura do proletariado, o internacionalismo proletário e o programa da IC, e divulgando as 21 condições de admissão em centros proletários pelo país²⁷ de modo a incentivar a criação de grupos comunistas. A criação destes grupos era vista como o prelúdio para a constituição de um partido comunista, que almejava tornar-se seção da IC e participar de seu IV Congresso (novembro-dezembro de 1922). Seguiu-se em março de 1922 a cisão entre as posições anarquistas e bolchevistas²⁸. Em 25 de

²⁶ “A vigorosa campanha antibolchevista de *A Plebe* teve início em 27 de novembro, com um artigo que não dava lugar a dúvidas: “Pela Revolução Anarquista contra a Burguesia e contra o Bolchevismo”. *A Plebe* dizia que o apoio incondicional oferecido pelos anarquistas à revolução bolchevista levava-os a confundir bolchevismo com anarquismo; mas “ainda que tarde, os anarquistas já estão reagindo contra esta confusão.” (Cf. Dulles, *op. cit.*, p. 136 – citando *A Plebe* 4, nº 91, 27/11/1920)

²⁷ Em janeiro de 1922 o Grupo Comunista do Rio funda o periódico *Movimento Comunista*, que apresentava uma plataforma “dos grupos comunistas do Brasil”, tendo como propósito “defender e propagar, entre nós, o programa da Internacional Comunista”. Afirmava que a ditadura do proletariado não implicava a dominação do partido sobre o operariado, mas era a resultante concreta da necessidade de se organizar contra a reação capitalista, e louvava a centralização e a disciplina. Cf. Moniz Bandeira *op. cit.*, p. 437-438.

²⁸ Pelos bolchevistas, o número de março de *Movimento Comunista* publica o artigo de Astrogildo Pereira: *Não nos assustemos com o debate*. Pelos anarquistas, *A Plebe* publica, assinado por suas principais lideranças, um manifesto-programa de suas posições. Depois de expor a necessidade da cisão com a social-democracia, que deslocara o movimento operário do plano internacional para o plano nacional, cisão que acabou desembocando na IC, o artigo de *Movimento Comunista* prossegue:

“E a crise [a cisão – nota de RG] tomou, assim, uma feição decisiva. Os partidos socialistas se fracionaram nitidamente, em cisões completas e absolutas: as esquerdas ingressando na Internacional de Moscou e as direitas permanecendo onde estavam, a montar guarda ao cadáver da II Internacional. As organizações sindicais igualmente se cindiram, senão organicamente, ideologicamente: as esquerdas pela ditadura do proletariado e as direitas contra, aquelas constituindo-se na Internacional Sindical Vermelha e estas continuando na Internacional de Amsterdam. (...) Igualmente as agrupações anarquistas se fracionaram: umas por Moscou, outras contra Moscou.

Tal, em síntese ligeira, o desenvolvimento da crise mundial do proletariado.

Ora, pois que o fenômeno, por sua mesma natureza, é fundamentalmente um fenômeno internacional, não podia o Brasil escapar à crise e seus efeitos. O meio brasileiro é, porém, um meio singular. Nunca houve aqui partidos ou correntes sistemáticas propriamente socialistas. Todo movimento proletário revolucionário no Brasil tem sofrido só a influência quase exclusiva dos anarquistas. Assim, entre nós, a crise tem sido e é uma crise de anarquismo. Esta crise, latente desde o advento do bolchevismo, chega a um desfecho lógico, com a constituição do partido comunista composto, em sua quase totalidade, de elementos de formação anarquista.” (Astrogildo Pereira, *Não nos assustemos com*

março acontece o congresso de fundação (I Congresso) do *Partido Comunista do Brasil*, em cujo estatuto, diretamente inspirado do PC da Argentina²⁹, ele figurava como *Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista*. O partido foi legalmente registrado como sociedade civil³⁰. O artigo 2 do estatuto declarava que o objetivo do partido era o de promover a “ação internacional dos trabalhadores e a organização política do proletariado em partido de classe, para a conquista do poder e a consequente transformação política e econômica da sociedade capitalista em sociedade comunista.”³¹ Após o congresso de fundação, a revista *Movimento Comunista* passa a ser um órgão da imprensa do partido, como veículo de difusão do movimento comunista internacional e de conceitos do marxismo, como por exemplo o de ditadura do proletariado³². Em julho de 1922 o partido foi colocado na ilegalidade, como consequência da decretação do estado de sítio após a revolta do Forte Copacabana na capital federal (primeira revolta do movimento tenentista)³³, obrigando-o a operar na clandestinidade, da qual só sairá no breve período de janeiro a agosto de 1927, quando retornou à ilegalidade.

o debate. In *Movimento Comunista* I(3), março de 1922 *apud* Astrojildo Pereira, *Construindo o PCB (1922-1924)*, 1980; p. 22)

²⁹ O Partido Comunista Argentino nasceu em janeiro de 1918 como Partido Socialista Internacional (alinhado com a esquerda de Zimmerwald) após a cisão com o Partido Socialista da Argentina. Passou-se a chamar Comunista em dezembro de 1920. Foi o centro de ligação da IC com os PCs da América Latina.

³⁰ “Logo depois de sua fundação foi o PCB legalmente registrado como sociedade civil – naquele tempo não havia lei nenhuma especial regulando a organização e o funcionamento de partidos políticos como tal.” (*Idem*, p. 68)

“O mais velho dos nossos anarquistas já nos fez esta tremenda acusação: que o PC tem seus estatutos registrados, na forma da lei burguesa vigente. Esse venerável cidadão, que pessoalmente vive na mais perfeita conformidade com as leis do Estado burguês, não compreende que o PC está organizado dentro da sociedade capitalista e que é precisamente porque esta existe que os comunistas lutam por subvertê-la. Se já estivéssemos na sociedade comunista, onde por consequência não existisse a compressão da lei burguesa, o PC, como organismo revolucionário, nem sequer teria razão de ser. O fato de sermos inimigos da sociedade burguesa não quer dizer que ela não existe ou que nos vamos colocar fora dela, no mundo da lua. Ao contrário, é exatamente porque ela existe que nós somos seus inimigos e é porque nos cumpre combatê-la e vencê-la, aqui neste mundo, que nos achamos dentro mesmo dos muros da cidadela.” (Astrojildo Pereira, *A necessidade tem cara de berege*. In: *Movimento Comunista* II(14), 10 de janeiro de 1923, *Idem* p. 65-66)

³¹ Estatutos do *Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista*, 1º Congresso Comunista, Rio de Janeiro 25-27 de março de 1922; p. 3.

³² A revista começou a ser publicada em janeiro de 1922 pelo Grupo Comunista do Rio de Janeiro. Seu último número (já como órgão do PCB) saiu em junho de 1923 após 24 números.

“Este mensário, órgão dos Grupos Comunistas do Brasil, tem por fim defender e propagar, entre nós, o programa da Internacional Comunista (...). Defendemos, por consequência, o princípio da ditadura do proletariado (...) com referência à organização partidária, desejamos e preconizamos, solidamente baseada num mesmo programa ideológico, estratégico e tático, das camadas mais conscientes do proletariado.” (*Movimento Comunista*, ano I, nº 1 de 1922, p. 1-2)

Em *Movimento Comunista* havia artigos “sobre a Revolução de Outubro, sobre a atividade dos partidos comunistas do mundo inteiro, sobre o movimento operário em geral, merecendo destaque os artigos consagrados ao debate de certos problemas teóricos – por exemplo, o problema sobre todos candente da ditadura do proletariado. Os materiais dessa natureza eram todos ou quase todos traduzidos, recurso aliás de que se valeria o Partido por muitos anos ainda, até recentemente. O movimento operário brasileiro não possuía nenhuma tradição marxista, razão, senão decisiva, pelo menos explicável, das insuficiências teóricas da direção do Partido; mas, a redação de *Movimento Comunista*, ao selecionar e divulgar certos materiais de conteúdo teórico, fazia-o com espírito crítico, tendo sempre em vista os objetivos imediatos da luta ideológica [contra a ideologia anarquista e anarcossindicalista – nota de RG] em que se empenhava.” (Astrojildo Pereira, *op. cit.*, p. 80)

³³ Vejamos como o PCB resumiu a situação política que fermentou a primeira revolta tenentista, a de 1922:

“A recente luta política por ocasião do último pleito presidencial federal [março de 1922 – nota de RG] estabeleceu o esquema de toda a política nacional; de um lado, a aliança Minas-S.Paulo apoiada por todos os Estados da terceira categoria [o PCB havia classificado, na revista *Movimento Comunista* de fevereiro de 1923, os estados da federação em três categorias: os de primeira categoria – São Paulo e Minas Gerais; os de segunda categoria – Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia; e os de terceira categoria – os demais estados; nota de RG]; de outro lado, a aliança dos Estados da segunda categoria. Está claro que venceu a aliança Minas-S.Paulo.

O PCB foi então fundado em pleno declínio da radicalização das lutas econômicas e, portanto, no esvaziamento de um potencial revolucionário. Originando-se da cisão com o anarcossindicalismo e a ideologia anarquista que ainda preservavam sua predominância no movimento proletário combativo, ele acabou não surgindo como um partido de massas com significativa legitimidade neste movimento, apesar de suas lideranças terem militado no movimento sindical e participado ativamente na vanguarda das agitações proletárias. A colocação do partido na ilegalidade logo após o seu surgimento, durante um longo período de estado de sítio, colocou mais obstáculos à sua atuação nos organismos sindicais, nos quais se batiam pela unidade sindical. Outro obstáculo à sua penetração nos organismos sindicais foi a ampliação dos já mencionados sindicatos “amarelos” cooptados pelo Estado. De todo modo, mesmo em condições desfavoráveis, ele nasce *na vaga revolucionária mundial*, como um partido operário com conteúdo internacional, aspirando pertencer à IC na época de seu IV Congresso como sua seção brasileira, aceitando suas 21 condições de admissão³⁴ e defendendo a ditadura do proletariado (embora este conceito não apareça no seu estatuto e registro legal como sociedade civil), para impulsionar a “ação internacional dos trabalhadores e a organização política do proletariado em partido de classe, para a conquista do poder e a consequente transformação política e econômica da sociedade capitalista em sociedade comunista”. O partido acabou não sendo aceito como membro efetivo no IV Congresso, somente como simpatizante, tendo sido aceito no V Congresso (junho-julho de 1924).

Cabe aqui apontar a significação propriamente política desses embates. S. Paulo e Minas representam a política “conservadora”, mais especificamente agrária (“política do café”), retrógrada e reacionária. A oposição que lhes fazem os Estados, da segunda categoria é sempre apoiada pelo pensamento “liberal” do país, que representa mais especificamente os interesses das classes médias e intelectuais e em parte das classes industriais, comercial (a notar que o Distrito Federal, centro principalmente industrial, comercial e intelectual, está sempre ao lado dos movimentos de oposição a S. Paulo e Minas). A esses fatores de “oposição liberal” devemos acrescentar um terceiro fator: o militar. O exército brasileiro é tradicionalmente liberal. Foi o exército – imbuído das doutrinas positivistas – que fez a República e tem invariavelmente participado de todas as campanhas liberais travadas no país. Este foi o sentido da rebelião militar de julho de 1922, pretendendo sustentar pelas armas a oposição política à S. Paulo e Minas. O golpe fracassou, devido a causas que não cabe examinar aqui, mas os sintomas são evidentes de que a fermentação continua a lavrar no seio das classes armadas.

Resumindo: país de economia principalmente agrária, a política geral do Brasil é principalmente determinada pelos interesses predominantes dos grandes senhores agrários, [note-se que ainda não há menção a um caráter “feudal” ou “semi-feudal” à economia agrária – *nota de RG*] chefiados pelos “fazendeiros” do café (S. Paulo e Minas); na oposição – efetiva, latente ou em formação – a essa política, encontram-se os representantes dos interesses da indústria e do comércio (Rio de Janeiro à frente), bem como das classes médias e intelectuais, que procuram apoiar-se nos Estados importantes não cafeeiros; as massas laboriosas, operários e camponeses, são ainda, em conjunto, orgânica e politicamente informes, nenhuma influência característica de classe exercendo na política nacional.” (*Relatório geral sobre as condições econômicas, políticas e sociais do Brasil e sobre a situação do P.C. Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1 de outubro de 1923, 17 pp. Enviado ao CE da IC).

³⁴ A 17ª condição dizia: “Considerando tudo o que precede, todos os Partidos que desejam pertencer à Internacional Comunista devem modificar seu nome. Todo Partido que deseje pertencer à Internacional Comunista deve se intitular: *Partido Comunista* de tal país (Seção da Internacional Comunista). A questão da denominação não é uma simples formalidade, mas uma questão de suma importância política. A Internacional Comunista declarou uma guerra sem tréguas a todo o velho mundo burguês e a todos os velhos partidos Social-Democratas amarelos. É necessário que a diferença entre os Partidos Comunistas e os velhos Partidos “Social-Democratas” ou “Socialistas” oficiais que traíram a bandeira da classe operária seja mais nítida aos olhos de todo trabalhador.” (*Teses sobre as Condições de Admissão* – II Congresso da Internacional Comunista, 1920)

4. A trajetória do PCB na involução do movimento revolucionário mundial

Como já foi dito, não é o caso de aqui analisarmos com detalhe a trajetória dos primeiros anos do PCB, nem tampouco suas relações com a IC e o Secretariado Latino-Americano do Comitê Executivo da IC (criado logo após V Congresso da IC), tema que merece um estudo ulterior no quadro definido pelo ciclo revolução-contrarrevolução e pelo conceito de área geo-histórica. Mencionaremos, sem desenvolvê-los, apenas dois exemplos dos primeiros anos do PCB sobre a compreensão do partido das condições econômicas, sociais e políticas para uma revolução proletária no Brasil, antes de ele ser arrastado pela contrarrevolução mundial e ver esvaziado seu conteúdo de classe.

O primeiro exemplo é o extenso relatório da CCE do partido enviado ao CE da IC referenciado anteriormente (nota 33), de 1 de outubro de 1923, composto de cinco partes: 1 – *A situação presente no país*, que resume uma análise da conjuntura econômica, financeira e política; 2 – *Condições econômicas e sociais das massas laboriosas*, que apresenta um quadro histórico sintético da formação das condições sociais do trabalho no Brasil, seguido de dados sobre a força de trabalho e a produção dos operários das indústrias e transportes, os trabalhadores rurais e a legislação operária; 3 – *A organização e o movimento operário no Brasil*, que apresenta de modo mais detalhado uma periodização do movimento operário (*Primórdios* – até a primeira vaga de grandes greves de 1903; *De 1906 a 1914* – do 1º COB até o declínio do movimento com crise de 1914; *Durante a guerra*; *O despertar de 1917*; e *O período de transição* – até a data do documento) e analisa o “estado atual da organização sindical revolucionária”; 4 – *Imprensa operária e revolucionária*, que fornece um quadro dos principais órgãos da imprensa proletária, classificados por suas orientações políticas; 5 – *O Partido Comunista desde sua fundação*, que apresenta com detalhes o histórico da formação do partido, de sua estrutura organizativa, de seu trabalho de formação, propaganda e agitação, de sua atuação nos sindicatos, de seus quadros e efetivos, de sua imprensa, de suas ligações internacionais e de suas perspectivas.

Esse relatório resume o grau do conhecimento que o jovem partido operário, recentemente rompido com o movimento libertário e com um quadro muito reduzido³⁵, tinha, à época, da realidade econômica, política e social do Brasil, e mostra seu esforço para evoluir na direção da consciência das tarefas que o proletariado brasileiro teria que assumir numa revolução proletária como seção da IC.³⁶ Suas principais ações concentravam-se na difusão do comunismo, da revolução russa e do movimento proletário mundial, sobretudo nos sindicatos. Em junho de 1924, o partido pretendeu estruturar-se para seguir a resolução tática do IV Congresso da IC

³⁵ No Relatório consta que havia, no nível nacional, 123 aderentes na fundação do partido e cerca de 300 à época do Relatório.

³⁶ Na última seção do documento (Perspectivas), podemos ler:

“Devemos notar, desde logo, que temos adquirido, nestes 18 primeiros meses de atividades, uma soma apreciável de experiências, que esperamos venham a produzir os mais fecundos resultados. Atravessando, desde o seu início, um período de dificuldades de toda a ordem, internas e externas, o esforço por vencer tais dificuldades muito há contribuído para cimentar as bases de nosso jovem P.C., que aparece hoje, apesar de todas as deficiências, como um organismo homogêneo, com capacidade própria de firme e progressivo desenvolvimento. Se bem que ainda em número muito reduzido, o P.C. brasileiro possui já um núcleo central de militantes ligados pelo mais íntimo espírito de solidariedade material e moral, fruto das mesmas lutas sustentadas e sofridas em comum. Teoricamente como praticamente, esse núcleo básico de nosso partido, compenetrado de suas responsabilidades, saberá trabalhar, sem desfalecimentos, para a formação de um verdadeiro partido revolucionário, eficiente e autorizada seção brasileira da Internacional Comunista.”

sobre a organização de núcleos comunistas em fábricas para se tornar um partido comunista de massas³⁷, tarefa que, além de seu caráter nefasto sobre a organização, esbarrou no problema prático do pequeno número de aderentes. Em suma, antes de seu II Congresso (16 a 18 de maio de 1925), o partido ainda não tinha verdadeiramente um programa para a revolução proletária no Brasil. A prioridade era ampliar seus quadros e procurar tornar-se um partido de massas.

O segundo exemplo é a análise, feita nessa época, das condições econômicas, sociais e políticas do país visando a definição de uma estratégia para a revolução proletária no Brasil. O livro *Agrarismo e industrialismo: Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*³⁸, é um ensaio que, ao que tudo indica, foi pioneiro em fazer um esforço de “análise marxista” da realidade histórica brasileira, que influenciou significativamente as teses do II Congresso do PCB. A análise é superficial, fundamentada numa aplicação esquemática da tríade “tese-antítese-síntese” e padecendo de certo naturalismo. Ela é vista ou com certo desdém por muitos comentadores da esquerda brasileira, que seguem, no geral, a crítica feita pelo próprio PCB já passado para o campo contrarrevolucionário,³⁹ ou com certa indulgência por outros comentadores. Estes últimos, mesmo reconhecendo claramente suas graves falhas, enaltecem seu mérito de ter sido uma elaboração teórica pioneira que refletia as características específicas da realidade econômica, social e política da época e propunha, pela primeira vez, uma estratégia revolucionária aderente às contradições específicas desta realidade.

Em linhas gerais, o argumento central do livro articula-se em torno de um acontecimento que era estimado em colocar no horizonte a possibilidade de uma revolução proletária: a revolta tenentista de 1924 em São Paulo, assimilada a uma revolta pequeno-burguesa urbana contra a

³⁷ A Resolução XIII – *O movimento dos conselhos de fábrica*, diz: “Nenhum Partido Comunista pode ser considerado como um verdadeiro partido comunista de massas, sério e sólido, se ele não possuir fortes núcleos comunistas nas fábricas, usinas, minas, estradas de ferro, etc. Nas circunstâncias atuais, só pode ser concebível um movimento proletário de massa, sistematicamente organizado, se a classe operária e suas organizações não conseguirem criar conselhos de fábrica como a espinha dorsal deste movimento. Em particular, a luta contra a ofensiva do capital e para o controle da produção não tem perspectivas se os comunistas não dispuserem de pontos de apoio sólidos em todas as fábricas e se o proletariado não tiver criado aí seus próprios órgãos proletários de combate (conselhos de fábrica, conselhos operários).”

O Congresso, portanto, considera que uma das principais tarefas de todos os partidos comunistas é que eles fortaleçam suas raízes nas fábricas e apoiem o movimento dos conselhos de fábricas ou tomem a iniciativa de implementá-lo.”

Essa orientação, dita de bolchevização dos partidos comunistas, era um passo a mais para a normalização stalinista e a Esquerda da Itália, ainda majoritária no partido comunista, se opôs a esta nova orientação obreirista.

³⁸ Escrito por Octávio Brandão (1896-1980), um farmacêutico natural do estado de Alagoas, militante e líder anarcossindicalista, e conhecedor da ideologia anarquista. Militou no Partido Comunista do Brasil de 1919, colaborando com o jornal *Spartacus*. Rompe com o anarquismo e ingressa no PCB pouco depois de sua fundação (outubro de 1922), tornando-se na década de 1920 um de seus principais teóricos e importante dirigente, ao lado de Astrojildo Pereira (1890-1965) e outros. Foi responsável pela primeira tradução integral do *Manifesto do Partido Comunista* em 1924, a partir de uma edição francesa. O texto original de *Agrarismo e Industrialismo* – disponível somente em poucos acervos históricos – teve suas duas primeiras partes escritas de 28 de julho a 22 de agosto de 1924 e a última parte em 13 de março de 1925. Foi originalmente publicado clandestinamente em 1926. O texto foi recentemente reeditado (2006), contendo as anotações de Brandão num exemplar original. Brandão cita como fontes principais utilizadas para escrever o livro: “*O imperialismo, estágio superior do capitalismo e A doença infantil do “esquerdismo” no comunismo*, de Lenin; *a Circular do Comitê Central aos comunistas alemães em 1850*, de Marx [trata-se da *Mensagem ao Comitê Central à Liga dos Comunistas de 1850* – nota de RG]; *Revolução e contrarrevolução na Alemanha* em 1848 de Engels; e a revista *La correspondance Internationale*, de Paris.” (*Uma etapa da história de lutas* (1957). In *Agrarismo e Industrialismo*, 2ª edição, 2006; p. 195)

³⁹ Em 20 de janeiro de 1957 (em *Uma etapa da história de lutas*), o próprio Brandão escreveu sobre sua “autocrítica” feita bem ao estilo stalinista “muitas vezes: em 1930-1935, em 1938, em dezembro de 1954 e outras ocasiões”. Ele enumera as falhas do texto decorrentes de “desvios materialistas mecânicos, de caráter político, filosófico e ideológico geral”. Cf. *op. cit.* p. 193-195.

oligarquia cafeeira⁴⁰. Esta última foi então, pela primeira vez, definida como “agrária feudal”, que dominava a nação apoiada pelo imperialismo inglês e que negava a expressão política da pequena burguesia urbana na sociedade. Os militares revoltosos, segundo o texto, tiveram algum apoio da burguesia industrial e do imperialismo americano, no interior de uma concorrência interimperialista (Inglaterra e EUA), mas cometeram o erro tático de não explorar esta concorrência e não buscar efetivamente apoio popular, apesar de contarem com a simpatia popular.

A análise procura identificar as causas das duas revoltas tenentistas – de 1922 e de 1924 – e demonstrar a necessidade histórica de uma “terceira revolta” pequeno-burguesa, tenentista, pois a derrota das revoltas não havia suprimido suas causas. A análise leva em consideração o quadro internacional no refluxo do movimento proletário mundial, a oposição entre uma burguesia industrial e comercial (“politicamente nula, desorganizada”) financiada pelo imperialismo americano e premida “entre o imperialismo e a revolução socialista internacional”, a classe “agrária feudal” e a estrutura política do país. Em suma, ensaia demonstrar a contradição entre o *agrarismo* e o *industrialismo* como uma manifestação da disputa “de morte” entre o imperialismo inglês e o americano, introduzindo então uma teoria dualista: o agrarismo feudal contra o industrialismo burguês no quadro do imperialismo, a qual irá alicerçar por muito tempo as análises da realidade econômica, social e política brasileira no campo da esquerda⁴¹. O proletariado deveria, então, preparar sua organização, empenhar-se na difusão do marxismo e aprofundar a análise da realidade brasileira, para agir revolucionariamente quando da explosão da

⁴⁰ “O Tenentismo produziu uma inflexão na vida política brasileira e deixou uma influência persistente, após ter desaparecido de cena em 1934 como movimento organizado. Nos anos 20, tornou-se para todas as camadas intermediárias e populares da sociedade o grande depositário das esperanças de uma alteração da ordem vigente. Não há razões para se pensar que a massa operária, por exemplo – nas condições de um movimento operário em depressão –, deixasse de ser tocada por suas façanhas.” (*História Geral da Civilização Brasileira*, T. III, vol. 9, 2016; p. 438)

Esse fenômeno importante e complexo foi, *grasso modo*, um movimento político-militar desencadeado por oficiais revoltosos de baixa patente no interior do processo político que culminou na queda da República Velha (1889-1930) com revolução de 1930. Sobre o significado político e social desse movimento antes de 1930, predominam duas interpretações divergentes na esquerda brasileira. Em linhas bem gerais, uma delas, a mais antiga e na tradição do PCB, apoia-se num antagonismo irredutível existente entre a classe capitalista industrial, que se forjava no desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, e as oligarquias agrárias. Esse desenvolvimento impulsionou a criação de uma classe média urbana que, ao lado da pequena burguesia urbana, viam nas oligarquias agrárias a fonte das crises econômicas que lhes afetavam duramente. Elas se sentiram representadas pelos oficiais revoltosos e tendiam a se aliar com os industriais que estavam fora da política oligarca. Sua caracterização como um movimento de caráter pequeno burguês advinha do fato de sua composição social, pois o recrutamento dos tenentes originava-se, sobretudo, nessas camadas médias da população.

A outra, derivada de uma crítica da primeira interpretação, postula que não havia aquele antagonismo irredutível, pois a burguesia industrial crescera no esteio da economia agroexportadora, mas sim uma oposição entre frações da classe dominante na forma de embates regionais contra a dominação política da oligarquia cafeeira paulista. Um dos componentes principais do tenentismo era sua oposição à grande autonomia dos estados da federação, estando a República submetida diretamente aos interesses das oligarquias dominantes (especialmente de São Paulo e Minas Gerais). No âmbito militar, isso se traduziu na reivindicação de que o militar deveria ser um servidor do Estado e não de governos regionalistas transitórios, o que não implicava necessariamente em uma oposição aberta à economia agrária. Esse fenômeno deflagrou um confronto entre os quadros médios e baixos do oficialato (predominantemente os tenentes) e a cúpula do Exército comprometida com as oligarquias dominantes, especialmente a paulista (o movimento de 1924 em São Paulo foi uma grande revolta armada). O movimento então encarnava uma “purificação” das instituições políticas e militares, colocando a necessidade de uma reforma constitucional e a centralização do Estado, cabendo ao Exército o papel de regenerador da sociedade.

Esse episódio merece uma análise mais detalhada como parte do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, da evolução das formas de seu Estado e das representações políticas das classes sociais após a década-chave de 1930.

⁴¹ Esse dualismo também acabou exercendo alguma influência em teorizações da economia política “progressista”, como as teses da CEPAL, de Celso Furtado, dentre outras.

“terceira revolta”. Nela, ele comporia forças com a pequena burguesia e a burguesia industrial na luta contra o “agrário feudal” e o imperialismo para a vitória do industrialismo, movimento revolucionário no qual ele lutaria para conquistar a hegemonia. No entanto, o proletariado não poderia se iludir com ambas as classes, sobretudo a burguesia industrial, que procuraria se aliar prontamente à oligarquia e ao imperialismo no caso de seus interesses de classe serem ameaçados. Tão logo fosse vitorioso o industrialismo, o proletariado lutaria contra a burguesia industrial e a pequena burguesia que tivesse bandeado para o campo burguês, luta que deveria coincidir com uma revolução agrária dos trabalhadores rurais. Nesse processo de lutas o proletariado deveria fazer pressão sobre todos os seus componentes até seus limites, numa “revolução permanente”, para que “transposta a etapa da revolução burguesa”, abra-se a “porta da revolução proletária, comunista.” Como o pivô desse processo revolucionário era identificado na pequena burguesia, o texto denominou-o de *revolução democrática pequeno-burguesa*, procurando destacar então a especificidade da luta das classes no Brasil da época. As teses do II Congresso do PCB (16-18 de maio de 1925) refletem as teses de *Agrarismo e Industrialismo*⁴².

Apesar do esforço para fazer uma análise “marxista”, o esquematismo, as falhas conceituais que mostram uma incompreensão da teoria marxista (por exemplo, a caracterização da burguesia agrária cafeeira como feudal e o capitalismo agrário como semifeudal⁴³), o desconhecimento da estrutura social da população rural (na época cerca de 80% da população total) e, acima de tudo, a caracterização de um fenômeno episódico de revolta de quadros inferiores da hierarquia militar – o movimento tenentista – como expressão do processo de uma revolução democrática pequeno-burguesa que o proletariado devia apoiar e lutar para alcançar sua hegemonia, fazem com que as teses de *Agrarismo e Industrialismo* provoquem uma inflexão contrarrevolucionária. Por um lado, elas fazem uma inversão em que a forma – uma ação, a revolta tenentista caracterizada como pequeno-burguesa – é tomada como conteúdo – a natureza econômica, social e política de uma revolução democrática pequeno-burguesa. Por outro lado, há a transposição abusiva das análises da revolução de 1848 na Alemanha para o Brasil dos anos 1920, caracterizando a oligarquia agrária dominante como “feudal” e o processo revolucionário como um processo de “revolução permanente”⁴⁴. Ora, na Alemanha, a grande burguesia, sendo muito fraca e ligada à classe feudal

⁴² As teses do II Congresso do PCB foram publicadas inicialmente de modo sumário à época do congresso. O texto das teses sobre *As Características políticas do Brasil* foi publicado dois anos depois em *La Correspondencia Sudamericana*, II nº 26 de 30/06/1927, p. 8-10. Continha 5 seções: 1 - *Agrarismo versus industrialismo*; 2 - *A revolta de 5 de julho* [de 1924 – nota de RG]; 3 - *O fator imperialista*; 4 - *As classes laborosas*; 5 - *A política proletária*.

Na primeira seção, o texto começa dizendo: “Toda a história política da república tem sido determinada pela luta entre o capitalismo agrário semifeudal e o capitalismo industrial moderno.” A última seção remete às conclusões sobre a situação política nacional publicadas logo após o congresso, em que se reforça a aliança do proletariado com a pequena burguesia sem “alimentar suas ilusões democratas e suas confusões ideológicas”, que devem ser combatidas “decididamente”, na “luta contra a grande burguesia industrial ou agrária”. O PCB, nessa luta, “deve conduzir a pequena burguesia e não ser conduzido por ela.”

⁴³ Astrojildo Pereira, fazendo uma autocrítica das teses em 1962, escreveu:

“As teses sobre a situação política nacional [do II Congresso do PCB – nota de RG] baseavam-se na concepção dualista “agrário-industrialismo”, dominante na direção do Partido. Fala-se aí em luta entre o capitalismo agrário semifeudal e o capitalismo industrial moderno, como sendo a contradição fundamental da sociedade brasileira após a República.

Partindo de tais concepções, que resultavam de uma aplicação mecânica e arbitrária do método dialético na análise da situação brasileira, os movimentos que desembocaram no 5 de julho de 22 e no 5 de julho de 24 são simplesmente enquadrados no esquema “agrário-industrialismo”, e dentro desse enquadramento isolados do contexto vivo da situação política.” (Pereira, A. *op. cit.* p. 88)

⁴⁴ “Apoiemos, como aliados independentes, como classe independente, a pequena-burguesia na sua luta contra o fazendeiro de café, pois, segundo Marx, é preciso sustentar os partidos pequeno-burgueses quando estes resistem à reação. Empurremos a pequena-burguesia à frente da batalha, para que, mais cedo seja desbaratada pelas forças destruidoras da História, sustentando-a, diria Lenin, como a corda sustenta o enforcado. Não tomemos par em

dominante, embora com interesses opostos, e estando paralisada pelo medo de um processo revolucionário incontrollável, abriu a perspectiva da chegada ao poder do partido democrata (pequena-burguesia e ala esquerda da burguesia), sobre o qual o proletariado ainda bastante fraco devia exercer o máximo de pressão para, no quadro de uma revolução permanente, chegar ao poder uma vez que os partidos democratas estivessem desacreditados, ao mesmo tempo em que a revolução proletária ganharia os principais países do mundo e a França em particular. A revolução russa mostrou que o partido democrata, inconsequente, a partir do momento em que o proletariado está suficientemente potente, é ele próprio incapaz de se desatar da burguesia e de aplicar seu programa, cabendo ao proletariado encarregar-se disto.

As teses da revolução democrática pequeno-burguesa não só influenciaram a linha do II Congresso do PCB, como delinearão a estratégia política do III Congresso do partido (29 de dezembro de 1928 a 4 de janeiro de 1929)⁴⁵. O VI Congresso da IC (17 de julho a 1 de setembro de 1928) dedicou, pela primeira vez, um espaço à América Latina (cujos países eram definidos como semicolônias) e à estratégia geral a ser seguida pelos partidos comunistas da região. Para os objetivos deste texto, é suficiente apenas mencionar que em fins de novembro de 1929 reuniu-se o *Secretariado Sul-Americano da IC (SSA-IC)* para analisar a situação brasileira e a atuação política do PCB diante de uma perspectiva revolucionária no país. A estratégia do partido baseada na revolução democrática pequeno-burguesa foi duramente criticada e rejeitada, resultando daí uma *Resolução da IC sobre a Questão Brasileira* em fevereiro de 1930, que marcou uma reviravolta na estratégia do partido: o caráter da “revolução brasileira” não pode ser “democrática pequeno-burguesa”, mas “democrático-burguesa anti-imperialista”⁴⁶. No entanto, essa reviravolta ocorreu

complots porque é uma tática pequeno-burguesa e porque devemos ser um partido para influir sobre as massas e não uma seita. (...)

Não consintamos a menor influência da política e da ideologia pequeno-burguesas sobre o proletariado. Ataques a fraseologia pequeno-burguesa. Armemos, na hora precisa, os trabalhadores, subordinando-os politicamente ao seu partido, ao Partido Comunista. Exijamos dos revoltosos pequeno-burgueses, concessões econômicas e políticas importantes. (...)

Comuniquemos aos trabalhadores revolucionários do Prata, do Pacífico, da América do Norte e da Inglaterra, as manobras do imperialismo anglo-americano no Brasil, para agirmos em comum, tanto quanto possível.

Lutemos por impelir a fundo a revolta pequeno-burguesa, fazendo pressão sobre ela, transformando-a em revolução permanente no sentido marxista-leninista, prolongando-a o mais possível, a fim de agitar as camadas mais profundas das multidões proletárias e levar os revoltosos às concessões mais amplas, criando um abismo entre eles e o passado feudal. Empurremos a revolução da burguesia industrial – o 1789 brasileiro, o nosso 12 de março de 1917 – aos seus últimos limites, a fim de, transposta a etapa da revolução burguesa, abrir-se a porta da revolução proletária, comunista.” (Octávio Brandão, *Agrarismo e Industrialismo*, 2ª edição, 2006, p. 132-133)

Em 1928, como preparação do III Congresso do PCB (29 de dezembro de 1928 a 4 de janeiro de 1929), Brandão publica na revista *Autocrítica* teses que reafirmam as de *Agrarismo e Industrialismo*, afirmando como um tipo de conclusão: “No Brasil, o problema da pequena burguesia é urbano e não rural como na Rússia”.

⁴⁵ Não trataremos aqui: o surgimento do Bloco Operário e Camponês (BOC), após o levantamento do estado de sítio (31 de dezembro de 1926) e a retomada temporária da legalização do PCB, em que o partido combinou a atividade legal pela via parlamentar com a atividade ilegal; a aproximação com Luís Carlos Prestes (que poderia tornar real a esperada “terceira revolta” preconizada em *Agrarismo e Industrialismo*, na continuidade dos movimentos tenentistas de 1922 e 1924) e outras ações do partido, especialmente sindicais, nesse período.

⁴⁶ A terceira seção da resolução – *O caráter da revolução brasileira* – diz:

“No Brasil se desenvolvem as premissas de uma revolução do tipo democrático-burguês. O curso e o sucesso desta revolução dependem da classe que conquistar, nela, a hegemonia. Se for a pequena burguesia revolucionária, a revolução brasileira estará condenada a uma derrota semelhante à da revolução no México. Se o proletariado tomar a hegemonia no curso da revolução, sob a direção do PC, e realizar resolutamente e sem hesitação a linha leninista da IC, esta revolução terá, então, grandes possibilidades de triunfo, principalmente se provocar movimentos revolucionários nas outras repúblicas da América Latina.

Sob a hegemonia do proletariado, a revolução brasileira resolverá todas as tarefas burguesas democráticas essenciais, que se lhe apresentarão: 1) revolução agrária (libertação das massas camponesas e dos operários agrícolas das formas feudais e coloniais de exploração, confiscação, nacionalização e entrega da terra aos camponeses e aos operários

com a IC já degenerada na contrarrevolução mundial, que acabou arrastando o PCB para o campo contrarrevolucionário.

Os críticos “indulgentes” enaltecem as teses de *Agrarismo e Industrialismo*, as teses do II e do III Congresso do PCB, pelo fato de inaugurarem, mesmo que de modo esquemático e deficiente, um “marxismo brasileiro” mais aderente à realidade onde se colocava a possibilidade de uma “revolução socialista” na “formação social brasileira” da época, ao contrário das diretivas da IC emitidas após seu VI Congresso que não compreendiam esta formação (nem tampouco a dos países da América Latina) e fizeram com que elas fossem depois aplicadas “mecanicamente” pelo PCB. Sustentam também que o fato de a IC, até seu VI Congresso, não ter colocado a América Latina nas suas prioridades e, conseqüentemente, ter tido apenas ténues ligações com o PCB, fez com que *Agrarismo e Industrialismo* e o PCB tivessem a “liberdade” para efetuar uma aproximação teórica da “formação social brasileira” e, portanto, teorizar as particularidades de uma revolução socialista no Brasil. Mesmo considerando a “fraqueza teórica” dos quadros do partido devida à “falta de tradição marxista” no país e à “herança anarquista” de seus principais dirigentes, esses críticos marcam uma posição antagônica contra outra ala da esquerda que critica o PCB por ele ter sido, essencialmente, apenas um “mero instrumento da IC”.

Ora, aparentemente nenhuma das duas alas analisa essa questão no quadro da derrota da revolução proletária mundial e de seus efeitos sobre a IC, isto é, sobre o partido mundial do proletariado que acabou promulgando a teoria do “socialismo em um só país” do PCUS(b) e se submetendo à política do Estado russo. No fundo, reduzem a questão do “intervencionismo” da IC e da “aplicação mecânica” de suas diretivas, que desconsideram as “particularidades das formações sociais” dos países da América Latina, à “ditadura stalinista” que acabou se impondo na IC. O que fundamentalmente nenhuma das duas alas aceita, pois expressam de modos por vezes distintos um vergonhoso recuo sobre a posição nacional, é que o partido comunista tem a compreensão teórica e “nítida das condições, do curso e dos fins gerais do movimento proletário”, e “nas diferentes fases de desenvolvimentos por que passa a luta entre proletários e burgueses, representam, sempre e em toda parte, os interesses do movimento na sua totalidade.” (*Manifesto do Partido Comunista*) A degeneração do partido comunista do proletariado mundial, a IC, na vaga da contrarrevolução fez com que ele abandonasse a posição de classe e deixasse de representar os interesses do proletariado, não mais orientando os partidos comunistas de cada país segundo os fins gerais do movimento proletário. Portanto, o que se deve lamentar não é a “interferência” da IC no PCB, mas a de que o estreitamento de seus vínculos tenha ocorrido com ela já naufragada na contrarrevolução mundial, impedindo que o PCB evoluísse na sua compreensão teórica das condições econômicas, sociais e políticas da revolução proletária no Brasil segundo os “interesses comuns do proletariado, independentemente da nacionalidade” (*idem*). Apesar de sua importância, não iremos tratar aqui a evolução do PCB a partir de seu II Congresso, nem tampouco a evolução das relações do partido com a IC neste período, ou mesmo das ações do SSA-IC, trabalho que será feito em outra oportunidade.

agrícolas); 2) libertação do Brasil do jugo do imperialismo (das empresas, das minas, dos domínios, das concessões, das vias de comunicação, dos bancos dos imperialistas e anulação das dívidas externas); 3) instauração da República Operária e Camponesa sobre a base dos Sovietes, agrupando a classe operária e a massa camponesa (ditadura democrática revolucionária do proletariado e da massa camponesa).

As lutas necessárias para realizar estas tarefas democrático-burguesas, o desenvolvimento da luta contra o imperialismo e dos movimentos revolucionários nos outros países da América Latina, a ligação estreita da revolução brasileira com o movimento proletário revolucionário internacional e com a URSS que constrói o socialismo criarão as bases para a transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista, e para a transformação da hegemonia do proletariado no seio da revolução democrático-burguesa em ditadura socialista do proletariado.” (*Resolução da IC sobre a Questão Brasileira*, in Lima, Heitor Ferreira. *Caminhos percorridos: memórias de militância*, 1982; p. 109-110)

5. Conclusão

Podemos então estabelecer, no período examinado, uma periodização do movimento proletário no Brasil.

- Nos primeiros anos do século XX, o proletariado brasileiro expressou a compreensão do seu lugar na sociedade capitalista conforme a *ideologia anarquista*, buscando a “*revolução social*” nas grandes vagas grevistas. Nos primeiros anos do século XX, o proletariado brasileiro expressou a compreensão do seu lugar na sociedade capitalista conforme a ideologia anarquista, buscando a “*revolução social*” nas grandes vagas grevistas.
- Na *vaga revolucionária mundial*, a radicalização da luta de classes com o avanço das relações de produção capitalistas no Brasil, e sob o impacto da revolução proletária na Rússia, foi colocada a necessidade deste proletariado organizar-se como classe e, portanto, como partido independente e distinto de todos os demais partidos da sociedade brasileira. Esta necessidade surge, inicialmente, no interior do próprio movimento anarquista a despeito dos princípios libertários contra a forma-partido: o surgimento de um Partido Comunista do Brasil em março de 1919, que se declara fiel ao programa da recém-fundada IC e, portanto, expressando o conteúdo internacional da classe proletária.

A evolução da luta das classes implica a ruptura com a ideologia anarquista, que se concretiza em março de 1922, embora no bojo de um grande declínio da luta de classes no Brasil, com a fundação do *Partido Comunista – Seção Brasileira da IC*, como um partido operário internacionalista no caminho de um programa comunista, aceitando as 21 condições de admissão e defendendo a ditadura do proletariado. Em maio de 1925, no seu II Congresso, o partido adota a *estratégia da revolução democrática pequeno-burguesa*, decorrente de uma análise da luta das classes no Brasil do período que via no movimento tenentista um componente revolucionário.

- Na *vaga da contrarrevolução mundial*, seguindo as diretrizes do VI Congresso da IC de julho-setembro de 1928 para os partidos comunistas da América Latina e aceitando as duras críticas do SSA-IC reunidas na *Resolução da IC sobre a Questão Brasileira* (fevereiro de 1930), o partido adota a *estratégia da revolução democrático-burguesa anti-imperialista*. No entanto, essa reviravolta ocorreu com a IC já degenerada na contrarrevolução mundial, o que acabou arrastando o PCB para o campo contrarrevolucionário. A trajetória posterior deste partido na vaga da contrarrevolução mundial acaba consolidando-o como um partido de defesa da ordem burguesa.

Não se deve, portanto, lamentar a natureza “tardia” do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, mas saudar a entrada tardia de seu proletariado no movimento proletário internacional, o que lhe permitiu assimilar rapidamente toda a experiência revolucionária acumulada em outros países durante várias gerações. As relações de produção capitalistas no Brasil certamente eram incipientes nas primeiras duas décadas do século XX, mas bastaram para fornecer as condições materiais para tal assimilação e permitirem a emergência de expressões políticas independentes do proletariado. Na vaga revolucionária mundial, o “fio vermelho” que une essas expressões políticas desemboca na constituição de um partido operário comunista internacionalista – o PCB – esforçando-se para evoluir na direção de um programa comunista.

Não se pode também lamentar a consequente “fraqueza da burguesia nacional” e sua contrapartida, a “fraqueza do proletariado nacional”, mas lamentar a contrarrevolução que abateu o proletariado mundial ao longo da década de 1920 e seu partido mundial, a Internacional Comunista, não permitindo que o proletariado e seu partido no Brasil evoluíssem e realizassem, no processo da revolução comunista mundial, uma revolução proletária para levar à cabo as tarefas burguesas que permitiriam a transformação socialista da sociedade brasileira.

Mas a derrota do proletariado brasileiro e mundial na vitória dessa longuíssima contrarrevolução que ainda perdura permitiu um grande avanço no desenvolvimento do modo de produção capitalista no país e, portanto, de seu proletariado, fazendo com que diminuíssem drasticamente as tarefas burguesas que o proletariado aí terá que realizar na futura revolução comunista. A revolução morreu! Viva a revolução!